Rocha Lima: a matriz genética

Geraldo Nobre

A biografia deve ser verdadeira, como qualquer conhecimento histórico, por conseguinte obedecer ao método de investigação pelo qual se chegue a estabelecer a relação de causa e efeito, frequentemente de percepção difícil, em decorrência da natureza complexa do homem, com suas três importantes matrizes, a saber: a genética (ou antropológica, propriamente dita), a cultural (ou geográfica, no sentido amplo, de influên cia do meio físico e do social) e a política (aludindo às limitações do livre arbítrio pela sociedade organizada para um convívio estável, em atendimento ao interesse comum de cidadania, de nacionalidade e de confraternização de todos os povos).

Ditas matrizes interagem continuamente, incorrendo em erro grave quem pretender explicar a personalidade por uma delas com exclusão das demais, como se, no caso da primeira, o homem fosse um prisioneiro na cadeia de sua hereditariedade, inteiramente por ela subjugado, incapaz de selecionar caracteres genéticos positivos, para atender às conveniências de uma vida mais útil e em consonância com a fruição do livre arbítrio, no melhor sentido, onde lhe permite a política.

Qualquer das três matrizes apresenta uma complexidade própria notadamente a primeira, pois, na sucessividade das gerações, a exogamia introduziu novos caracteres no código genético, expressão inteligivel , na verdade, somente como um sistema de referências paradigmáticas, daqueles mais constantes, ou com maior afinidade, a partir da denominada ADN mitocondríaca, revelada, já no final do fluente Século XX da Era Cristã, pela pesquisa científica.

Uma interferência da matriz cultural dificulta ainda mais arrimar-se o método biográfico na genética, consistindo no descaso em relação ao testemunho idôneo, da documentação de interesse para a genealogia - registros de nascimentos, casamentos e óbitos, inventários, etc , ao ponto de não poder o pesquisador resgatar os "elos perdidos" e esclarecer dúvidas pendentes, nem dar, por conseguinte, uma contribuição deveras valiosa para uma biografia mais completa.

De outra parte, mesmo a sociedade melhor organizada, como seria a da Europa, jamais atentou para o sentido histórico, em procedimentos ajustados à conveniência da preservação da memória, adotando, ao invés disso, práticas confusionistas, como a de reservar o nome civil para maioridade, quando ficava ao arbítrio pessoal, até mesmo para ser posteriormente alterado por um simples anúncio de jornal, segundo comprovam publicações da espécie, na imprensa da época, no Ceará, objeto de comentário do autor desta biografia.[1]

Veja-se, a propósito, o caso dos antepassados de Raimundo Antônio da Rocha Lima, precedendo ao avô, advogado Miguel Antônio, cujo pai assinava-se Francisco Nicácio Moreira (sem o acréscimo de Barros , feito equivocadamente por um historiador, aliás por ser efetivamente da família Moreira Barros, como se dirá a seguir), sobrenome não aceito pelo filho citado, apesar de primogênito, ignorando-se o notivo de assim proceder, com surpreendente preferência pelos apelidos familiares da mãe, Dona Maria de Abreu e Lima, e da avó paterna, Dona Maria da Rocha Sampaio, em uma espécie de premonição da influência sob a qual iria decorrer, mais de meio século depois, a existência do neto ora biografado.

Deve ser considerada a possibilidade do primeiro Miguel Antônio ter adotado o sobrenome composto Rocha Lima por uma noção intuitiva de maior afinidade com as duas matronas em apreço, cujos caracteres genéticos nele predominariam, e passariam a alguns de seus descendentes; porém outra motivação, talvez o levasse àquela preferência, a da convivência mais estreita, ou a valorização maior atribuída aos ramos Abreu de Lima, do Rio de São Francisco, e Rocha Sampaio, de Serinhaem, na Capitania Geral de Pernambuco, em comparação com o Moreira Barros, da Paraíba (do Norte).

Quanto à primeira presunção, ao falecer, em 29 de julho do ano de 1786 o capitão Francisco Nicácio Moreira, o neto Miguel Antônio ainda não completara um qüinqüênio de vida, pois nascera em 29 de setembro de 1781, havendo a particularidade do inventário, contrariamente às práticas do tempo, demorar a fazer-se nada menos de 18 anos; e o tenente Inácio Moreira Barros finara-se, por coincidência, algumas semanas após o dito capitão, seu

filho, e a partilha dos bens dele, iniciada em 1789, ainda estava por chegar ao fim nos princípios do século seguinte.[2]

A outra suposição encontra apoio na fidalguia da família Abreu de Lima (ou Abreu e Lima, também citada como Abreu Lima); indubitavelmente a originária de Ponte de Lima, cujo alcaide mor foi Fernão Eanes de Lima, senhor dos Arcos de Valdevez e casado com Dona Teresa da Silva, da importante casa de Vagos,inaugurada, no começo do Século XV, por João Gomes da Silva, sogro dele, tendo sido filho do dito casal d. Leonel de Lima, 1° Visconde de Vila Nova de Cerveira, de quem presumivelmente descendia o homônimo , capitão-mor da Capitania do Ceará Grande, na primeira metade do quarto decênio do Século XVIII.

Retrocedendo, a presença dessa família no Brasil remontava a 1641 pelo menos, pois em 27 de janeiro desse ano, na cidade de Salvador da Bahia, Manuel de Abreu de Lima prestou juramento, perante a respectiva Câmara Municipal, por ter sido eleito, juntamente com Francisco Coelho Falcão, para fazer o lançamento da importância de 650 mil reis - seiscentos e ciquenta mil reis –, imposta, como gravame, aos habitantes da freguesia de Passé, na periferia (subúrbios) da então capital da .América Portuguesa.

Decorridos vinte anos, em 1° de janeiro de 1661, na abertura dos pilouros para se conhecerem os oficiais daquela Câmara, saiu por vereador Lourenço de Abreu e Lima, como consta na ata alusiva ao fato, embora, estranhamente, já no termo de juramento, do dia 17 seguinte, constasse, como ele próprio subscrevia, Lourenco de Abreu de Brito, nome e assinatura alterados, em alguns dos termos de vereação, com o acréscimo "... e Sousa...", em outros excluído o Brito, enigmática versatilidade, indício de um temperamento caprichoso, por conveniências ou afetações.

Ignora-se a relação dos dois aqui citados com Francisco Gomes de Abreu e Lima, nascido em Portugal, ali batisado em 1649 e legitimado por decisão do próprio Rei, como filho de Lopo Gomes de Abreu e Lima, abade da igreja de São Salvador de Rossas, do Arcebispado de Braga, e de Apolônia de Thorizes, o pai da segunda geração dos descendentes em linha reta, de Leonel de Abreu e Lima, da casa de Regalados e aparentado, certamente, com os do mencionado 1° Visconde de Vila Nova de Cerveira , senão um desses.

O fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo Fran-

cisco Gomes de Abreu e Lima passou-se para o Brasil em 1671, e tomou por esposa D. Maria de Brito Cassão, filha do mestre de campo Cosme de Brito Cassão e de D. Clara Aranha, cujo pai era o também poderoso mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco, ambos os nubentes moradores na capitania de Sergipe d'El-Rei, onde lhes nasceram os filhos, mencionados no Catálogo Genealógico de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão.

O genealogista e historiador Vinicius Barros Leal, do Instituto do Ceará(Histórico, Geográfico e Antropológico), em sua História de Baturité, referindo-se a Maria de Abreu de Lima, esclareceu tratar-se de uma filha do capitão José Abreu Lima, natural do rio de São Francisco, o qual, na sua opinião, devia ser sobrinho do antigo capitão-mor do Ceará Leonel Abreu de Lima, sem qualquer argumentação, certamente para manter-se nos limites do plano adotado para a monografia em apreço.

Sobre o já. mencionado capitão-mor doCeará Grande, apresentado à escolha real, pelo Conselho Ultramarino, em primeiro lugar dentre oito concorrentes, em 30 de maio, e nomeado em 31 de agosto de 1729, deixou o Dr. Guilherme Studart, nas Datas e Fatos para a História do Ceará, vol. 1º, pág. 180, as seguintes informações:

> *"...servira nos postos de sargento-mor de Ararobá e coronel da infantaria das ordinanças do Rio S. Francisco, sargento-mor de um dos 3º volantes dos moços solteiros e fora administrador geral das minas de salitre dos Campos de Buique."*[3]

Apoiado em apontamentos obtidos na documentação do Conselho Ultramarino existente na Biblioteca de Lisboa (maço das consultas mistas desse colegiado), anotou o Dr. Guilherme Studart encontrar-se dito servidor do Reino no posto de sargento mor daquelas ordenanças do Rio de São Francisco ao ser provido no de capitão-mor do Ceará Grande, circunstância de certo modo abonadora da opinião do mencionado genealogista cearense, por se tratar do manejo militar de um terço de moços solteiros, no entanto, não está excluída a possibilidade da existência de filhos naturais de Leonel de Abreu de Lima, pois a tanto levavam as condições de vida nas colônias, sobretudo no interior, onde ele vivera por muito tempo, certamente já bastante idoso em 1729, visto fi-

gurar com a patente de coronel ao requerer, em 17 de janeiro de 1698, uma sesmaria no sertão de Ararobá, de Pernambuco, estando, então, com idade superior a trinta anos.

Calculando-se o nascimento de Leonel anterior a 1670, e o do capitão José de Abreu de Lima em 1740, é deveras aceitável a suposição de Vinicius Barros Leal, de ser o segundo sobrinho do primeiro, tanto mais se for levada em conta a tendência, no passado como no presente, dos poderosos se acompanharem de parentes e dispensarem-lhes favores, como teria agido aquele capitão-mor do Ceará Grande ao conceder, em data de 8 de dezembro de 1732, uma sesmaria, de três léguas de comprimento por duas de largo, em ambas as margens do riacho Jatobá, a Cosme de Brito de Abreu de Lima.[4]

Uma coincidência de apelidos familiares constitui um indício, tão somente, a ser reforçado por outros, como o da localização das terras doadas relacionadas com a procedência , no Ceará, dos ascendentes conhecidos de Miguel Antônio da Rocha Lima, sabendo-se, a este respeito, da naturalidade do capitão José de Abreu de Lima, mencionada por Vinicius Barros Leal, na **História de Baturité**, pág. 200, de maneira um tanto vaga , pois Rio de São Francisco pode aplicar-se a qualquer trecho de um curso fluvial deveras extenso em cuja bacia estavam compreendidas várias vilas; ou freguesias.

Na verdade, o vocativo em questão já era aplicado, no período colonial, tanto a um termo como a uma capitania, e, mais comumente, sem nenhuma especificação administrativa, militar ou religiosa, porém correspondendo sempre ao baixo São Francisco, segando se constata por consulta à **Documentação Histórica Pernambucana - Sesmarias**, vols. I, págs. 185 e seguinte, e IV, 38, 44, 51, 77, 87, 90, 91, 95, 97, 103 a 106. 110, 111 e 130.

À margem sergipana do baixo São Francisco, erigiram os povoadores um casario, depois sede do distrito de São Francisco, do termo do Propriá, convindo reproduzir aqui a seguinte nota, das págs 201e 202 da **História de Sergipe** de autoria do notável historiador Felisbelo Freire:

> *"As terras onde está hoje edificada a cidade de Propriá pertenceram a Pedro de Abreu e Lima que, em escritura de doação, de 2 de dezembro de 1681, deixou-as aos seus fi-*

lhos naturais. Possuia diversos sitios por estas paragens. Entre eles havia o sítio do Urubu de baixo e Urubu de cima, servindo a lagoa de Propriá de limite entre eles"

Algumas circunstâncias concorrem para acreditar-se pertencer Miguel Antônio da Rocha Lima à descendência daquele Pedro, porém ocorre, a propósito, ressaltar o fato de não se encontrar nenhum homônimo do primeiro pontífice católico romano entre os filhos e netos do capitão José de Abreu de Lima, como seria natural de acordo com a prática de então, de homenagear os avós, repetindo-se-lhes os nomes, salvo se, por algmma razão desconhecida, foi deliberadamente preterida a homoninia com o soberano português Dom Pedro II (1683-1705) e o neto desse, futuro Dom Pedro III, filho de Dom João de quem aqueles evitaram receber o vocativo de batismo.

Ademais, o donatário do sítio de Propriá não figura como o único da família em Sergipe d'El Rei (cuja autonomia, supressa em 1696, seria restabelecida somente em 1820), pois, além do aqui citado, foi também proprietário em solo sergipano Francisco Gomes de Abreu de Lima, da descendência da Casa de Regalados, de cujo senhor, Leonel de Abreu de Lima, pertencia à segunda geração, por seu pai Lopo Gomes do Abreu de Lima, abade da igreja de São Salvador de Rossas, do Arcebispado do Braga, filiação essa legitimada pelo soberano português de então.[6]

A possibilidade de Rocha Lima ter como ancestral Pedro de Abreu de Lima colide com a admitida por Vinicius Barros Leal, segundo a qual se entroncaria na Casa de Regalados através do capitão mor do Ceará Leonel de Abreu de Lima, sem excluir, contudo, a do parentesco desses dois vultos coloniais, sugerida, até mesmo, pela presença de ambos em Sergipe d'El-Rei, contemporaneamente, tão estranhável a coincidência.

No caso de descender o autor de Crítica e Literatura do donatário de Propriá, contaria entre os seus antepassados, em linha direta, o cavaleiro fidalgo Antônio Cardoso de Barros, a quem coubera, na repartição do território brasileiro, no inicio da colonização, a parte correspondente à Capitania do Ceará Grande, visto haver Pedro de Abreu de Lima contraído casamento com Dona Mariana de Melo, filha de Antônio Cardoso de Barros e Dona Guiomar de Melo, ele filho de Antônio Cardoso de Barros, 2º deste nome, neto de Cristóvão de Barros, conquistador e fundador de

Sergipe d'El Rei, e bisneto do mencionado cavaleiro fidalgo, vindo para o Brasil como Provedor-Mor da Fazenda Real do governador Tomé de Sousa, cujo destino trágico, em mãos dos caetês, a História registra.[7]

Algumas circunstâncias favorecem esta versão, a começar da falta de infomações a respeito dos descendentes de Pedro de Abreu de Lima, de quem se sabe a ilegitimidade, havidos de indias ou mulatas, herdeiros e sucessores de pai e mãe na posse dos bens de raiz sobrantes da venda feita, em 1652, a carmelitas e jesuítas, segundo informação colhida e divulgada pelo Historiador Pedro Calmon, em Catálogo Genealógico das Principais Famílias de Frei Jaboatão.[8]

Da família em apreço triste fama teve Estêvão de Abreu de Lima, acusado de muitas violências, como um dos facinorosos mais temidos, na colônia lusoamericana àquele tempo, capturado, após varias tentativas inúteis, por Jorge de Barros Leite, um dos serviços prestados por esse militar com os quais concorreu à escolha real para a Capitania do Ceará Grande e obteve a nomeação por Ordem Régia de 26 de novembro de 1699 conforme dados biográficos coligidos pelo Barão de Studart.[9]

Sendo o capitão José de Abreu de Lima o antepassado mais remoto de Raimundo Antônio da Rocha Lima cuja ascendência direta está comprovada em documentação fidedigna, na qual é dado como natural do Rio de São Francisco, e este hagiônimo pode levar a conclusões errôneas, confundindo-se o território de um distrito e freguesia com toda a extensão das margens do mencionado caudal, torna-se indispensável esclarecer tratar-se do vulgarmente denominado Rio de Baixo, alusão ao trecho inferior daquele, a jusante da cachoeira de Paulo Afonso, por consequinte na divisória dos atuais estados de Alagoas e Sergipe.

Não se obteve dos autores consultados informação extra da instituiçãoda primeira freguesia naquele território, à margem direita do rio São Francisco, provavelmente sediada, de início, em uma capela da invocação de Santo Antônio, lembrando esta o hagiônimo de Antonio Cardoso de Barros, dotado pelo pai, Cristovão de Barros, conquistador de Sergipe, com vasto domínio, em dita ribeira. A casa de orações estava localizada em uma ilha, nas proximidades da foz do rio, e posteriormente incorporada ao terri-

tório sergipano por aterro de uma parte chamado Brejo Grande, topônimo hoje do município criado por lei de 1926; e já existia ao tempo da invasão holandesa, como prova indicação no mapa de Barlaeus, mas, segundo parece, arruinada em decorrência das devastadoras incursões do estrangeiro.

Uma outra capela, da mesma invocação, foi erecta, depois de expulsos os invasores, aproximadamente cinco léguas acima da primitiva, na margem direita do São Francisco, para a qual, antes de falecer na Bahia, em 9 de abril de 1675, o cavaleiro da Ordem de Cristo e antigo tenente do mestre de campo general, no Brasil, Antônio de Brito de Castro, requereu a condição de matriz de freguesia e, ao mesmo tempo, a elevação a vila da povoação onde estava localizada, com o título de Vila Nova Real de Santo Antônio (ou Santo Antônio da Vila Nova, vulgarmente).

Segundo Enéas de Oliveira Figueiredo, a instituição da dita freguesia ocorreu em 18 de outubro de 1679, sem mencionar nenhuma circunstância, possivelmente a mais significativa delas o interesse de Sebastião de Brito de Castro, primogênito daquele Antônio, pela herança paterna, cujo testamento apresentou em juízo em 1678, por conseguinte no ano anterior, do qual constava o privilégio real para fundar uma vila no rio São Francisco, depreendendo-se alusão ao ainda insignificante povoado onde havia a capela dedicada a Santo Antônio.

A concessão fora feita sob a condição do requerente construir casas para trinta famílias além das destinadas à governança (paço da Câmara, cadeia, etc, e, mais, o pelourinho), tendo o Rei solicitado informações das autoridades coloniais a respeito do cumprimento do disposto, ao requerer Sebastião, em 1683, patente para suceder ao pai no senhorio do território em apreço, alegando ter satisfeito as exigências e estar a vila com duzentos moradores, contrariamente ao apurado pelo Ouvidor da Comarca dando conta da precariedade das habitações, simples casas de palha, incapazes de resistir duradouramente à ação do tempo ou a qualquer sinistro, ou violência.

Mandara o soberano português ao ouvidor, por Carta Régia de 26 de novembro de 1689, procedesse àquela vistoria, devido à qual Sebastião de Brito de Castro, aliás morador em Lisboa àquele tempo, teve indeferida a sua pretensão, incorporado no patrimônio da Coroa o objeto dela e redenominada a povoação da capela de Santo Antônio como Vila Real do São Francisco.

Esta notícia histórica, da monografia compilada por Enéas de Oliveira Figueiredo, omite, no entanto, qualquer esclarecimento quanto às circunstancias nas quais as cinquenta léguas de terra – ou uma parte delas da margem direita do baixo São Francisco, entre este rio e o Cotinguiba, concedidas por Cristovão de Barros, conquistador de Sergipe d'El Rei, ao seu filho Antônio Cardoso de Barros, haviam sido prometidas a Antônio de Brito de Castro, e, não cumprindo o novo donatário o regimento aplicável na espécie, revertiam ao patrimônio da Coroa.

A explicação plausível, mas incerta à falta de comprovação, é a de uma transação envolvendo descendentes do primeiro donatário e Antônio Brito de Castro, havendo motivo de dúvida, no entanto, fundamentada na possibilidade das violências atribuidas ao coronel Estêvão de Abreu Lima , um daqueles, estarem ligadas, precisamente, a questões de terras, sobre o que, lamentavelmente, escasseam, também, as fontes de informação. De qualquer muneira, os fatos narrados têm sua importância para a compreensão da retirada de pessoas da família Abreu de Lima, inicialmente radicadas na Bahia e em Sergipe d'El Rei, para as capitanias ao norte, à procura de novas oportunidades, de tranquilidade, senão de refugio, por se sentirem perseguidas por inimigos poderosos, ou pela justiça.

Porém o objetivo desta digressão, é o esclarecimento da origem dos ascendentes de Rocha Lima ingressos no território cearense no Século XVIII, entre eles o citado capitão José de Abreu de Lima, natural, como foi visto, do Rio de São Francisco, topônimo cuja abrangência se confundiria com a de todo o território compreendido nos limites da freguesia de Santo Antônio e, por conseguinte, com a do antigo domínio senhorial de Antônio Cardoso de Barros pois, assim sendo, tem-se por certo descender o autor de Crítica e Literatura do primeiro Provedor-mor (ministro) da Fazenda, no Brasil, e a quem parte do atual território cearense coube, na divisão da antiga colônia luso-americana em capitanias hereditárias.

Na verdade, das cinqüenta léguas doadas por Cristovão de Barros ao filho, em 9 de abril de 1590, uma porção fora inicialmente desmembrada em proveito dos jesuitas para a missão conhecida por Urubu de baixo, cuja capela teve também a denominação de Santo Antônio, porém somente no início do Século XVIII, por iniciativa do 5° arcebispo da Bahia, o culto prelado Dom Se-

bastião Monteiro da Vide tornou-se ela freguesia independente, desmembrada da Vila Nova d'El Rei (18 de outubro de 1718), e, a sede, elevada ao predicamento de vila, quase um século depois, instalada em 7 de fevereiro de 1802, origem do atual município sergipano Propriá.

Tendo nascido o capitão José de Abreu de Lima em 1730, aproximadamente, a informação constante do seu batistério, de ser natural do Rio de São Francisco, deixa dúvida sobre em qual daquelas duas freguesias, com maior probabilidade na de Santo Antônio de Vila Nova d'El Rei, pois, sendo a de Santo Antônio do Urubu de Baixo, da antiga missão jesuítica então a mais importante, o respectivo vigário dificilmente deixaria de explicitá-lo.

Aquele capitão pertenceu à oitava geração do primeiro Provedor-mor da Fazenda do Brasil, de quem o citado coronel Estêvão de Abreu de Lima era trineto, nascido em 1630, mais ou menos, e como José de Abreu de Lima nasceu cerca de um século depois, interpõem-se três gerações, de ascendentes cujos nomes se desconhece, circunstancia deveras interessante, por ocultar ilegitimidade talvez, ou casos de renúncia ao apelido familiar de linhagem nobre, cuja limpeza pretendia-se manter.

Uma coincidência pode concorrer para se reduzir o lapso notado na genealogia da família Abreu de Lima vinda de Sergipe ao Ceará, consistindo no nome de batismo de uma das filhas do citado capitão, o qual raramente se encontra nos registros paroquiais e outros documentos de qualquer tempo, e é o de Polucena (Polixena ou, ainda, Policena), aliás bem conhecido no meio culto europeu, mediante a leitura das tragédias de Eurípedes, Sêneca e Sófocles, cujo argumento comum é a guerra entre Esparta e Tróia, pois se trata da princesa filha de Príamo, o rei troiano, enamorada de Aquiles, o príncipe helênico, a quem acompanhou ao túmulo, suicidando-se ou sendo executada por ter preterido o amor dos seus ao de um estranho e inimigo.

Citada em uma passagem dos Luzíadas, por Camões, epopéia nacional dos portugueses, a princesa troiana, embora sensibilizasse a muitos, cuja mentalidade estava sob o influxo do épico e do maravilhoso das Cruzadas e dos Descobrimentos, possivelmente nada teria a ver com a adoção daquele nome de batismo em algumas famílias, devida, na maioria dos casos pelo menos, ao hierônimo evocativo de uma virgem e mártir da Espanha, dos pri-

meiros conversos ao Cristianismo pelo apóstolo Tiago, na Península Ibérica, onde viveu no Seculo I D.C., e sua festa celebrava-se em 23 de setembro, conforme consta dos antigos calendários.

A coincidência mencionada é a de uma outra Polucena de Abreu de Lima, indubitavelmente da mesma família daquela, pois nasceu, não em Vila Nova da Rainha, em Sergipe, como inadvertidamente afirmaram autorizados pesquisadores em fontes primárias, mas na freguesia de Santo Antônio da Vila Nova Real do Rei, e termo desta denominação, efetivamente da Capitania conquistada por Cristóvão de Barros, enquanto aquela, além de ainda não instituída ao tempo, corresponde a uma das divisões politico-administrativas da Bahia, a principio com o nome citado, depois com o de Bom Fim e, mais recentemente, com o de Senhor do Bonfim.

Essa Polucena de Abreu de Lima teve como pai Antônio de Oliveira de Carvalho e mãe D. Francisca Vieira de Gusmão, de apelidos familiares bem diferentes dos comuns aos da descendência de Pedro de Abreu e Lima e D. Mariana Cardoso de Barros, sem a diferença significar, necessariamente, a eventual preferência pelo sobrenome da madrinha de batismo, como outrora acontecia, não tão frequentemente ao ponto de se considerar costume, ou norma. É mais verossimil a conveniência, por parte do pai, ou da mãe, de ocultar a verdadeira identidade, pelas razões arguidas antes, principalnente levando-se em conta a longa peregrinação de Sergipe d'El Rei ao Ceará Grande, onde a família se estabelecera ainda na primeira metade do Século XVIII, na freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó e termo da Vila desta denominação, em cuja matriz a jovem sergipana teria contraído núpcias não fora a recente divisão do então curato pela instituição da freguesia de Missão Velha, a menor distância da propriedade do noivo, no chamado Brejo da Salamanca, dos Cariris Novos (Sul do Ceará).[11]

Era Francisco de Magalhães Barreto e Sá, natural da freguesia de Santo Antônio do Urubu de Baixo, aquela instituida em 1718 pelo arcebiapo Dom Sebastião Monteiro da Vide, com sede no povoado onde existira a aldeia da missão dos Jesuítas à margem direita do São Francisco, em território sergipano e com área de atuação desmembrada da freguesia de Santo Antonio da Vila Nova Real d 'El Rei, por conseguinte da antiga sesmaria de Antônio Cardoso de Barros. Filho do alferes Antônio Pinheiro de Magalhães e

de Dona Inês de Sá Souto Maior, ambos de famílias das mais ilustres e tradicionais da Bahia, ela (senão ambos) da descendência da Diogo da Rocha de Sá, sobrinho do Governador Mem de Sá, com quem viera para o Brasil, e na Bahia casado com D. Ines Barreto, filha do alcaide mor Egas Moniz Barreto, em gerações sucessivas, diretamente, Mem de Sá, casado com D. Maria Barbosa, filha de Francisco de Barbuda (ancestral de muitos Bezerra de Menezes), o segundo Diogo da Rocha de Sá, casado com a viúva sua prima D. Catarina Barbosa, a seguir. D. Escolástica de Sá, casada com o capitão Gaspar Maciel, destes nascendo Diogo de Sá Souto Maior, unigênito, idoso em 1668, quando por óbito de D. Guiomar da Rocha, de quem os autores consultados não mencionaram dados de famílias convolou novas núpcias, com D. Francisca Barbalho, para consolo de sua velhice.

Da primeira mulher tivera o Diogo citado por último oito filhos, alguns deles, pelo menos, moradores na capitanias de Sergipe d'El-Rei, onde Mem (ou Mendo) de Sá Souto Maior teve a patente do coronel e os seus irmãos Leonardo e Gonçalo as de capitão, de cavalos a do primeiro, e de ordenanças a do segundo, tudo indicando descender de um deles, em segunda geração, o capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá, através de sua mãe D. Inês de Sá Souto Maior, salvo quanto a Gonçalo, por não constar descendência de seu casamento com D. Ana Dantas Correia.

De Leonardo e de Mem, casados com D. Clara Soares e uma D. Mariana , respectivamente, os linhagistas nada esclarecem, mas é pouco admissivel terem sido estereis também, tanto mais justificável a omissão por viverem no sertão, casando e batizando os filhos em longínquas capelas, em desobrigas dos párocos ou de coadjutores, cujas anotações em grande parte se perderam, causa esta de consideráveis falhas de informação genealógica.

Presume-se, no entanto, por indícios consideráveis, ser o dito Mem de Sá Souto Maior pai, ou avô, de D. Inês de Sá Souto Maior, mãe do capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá, nascido em 1725, quando ele ainda vivo, pois, do ano seguinte, é um requerimento de nova devassa das mortes de uns de seus parentes, devido a nada ter sido apurado na primeira. Encontrava-se, então, em idade avançada, como prova o fato de sua nomeação para capitão de uma das companhias de cavalos do distrito de Lagarto e Itaporanga, em fevereiro de 1689, havia mais de trinta e cinco anos,

implicando a investidura em dito posto, aliás, em permanência naquela parte do territorio sergipano, não compreendida na sesmaria dos descendentes de Antônio Cardoso de Barros, e por conseguinte, não se encontraria Mem de Sá Souto Maior efetivamente no rol deles.[12]

Não se deve, porém, concluir o mesmo relativamente ao filho, adventício no Brejo da Salamanca dos Cariris Novos pelo menos antes de esclarecida a procedência de seu pai, alferes Antônio Pinheiro de Magalhães, sobre o qual também silenciaram os linhagistas, de modo a levar o estudioso a esgueirar-se pela via insegura das cogitações, para tanto recorrendo, inicialmente, a um ponto de referência, atrás divisado. É ele a semelhança dos nomes da mulher do capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá (Polucena , e não Maria Polucena de Abreu de Lima, como o anotou conceituado pesquisador e historiador caririense, citando fonte eeclesiástica) e da filha do alferes José de Abreu de Lima (exatamente o mesmo), relação fortalecida pela circunstância de ter nascido a segunda onde residiu a primeira, na freguesia de Nossa Senhora da Expectação da Vila do Icó, em cuja área esteve incluído o dito Brejo da Salamanca.

.Era a esposa daquele capitão filha do coronel Antônio de Oliveira de Carvalho, pai, também, do tenente homônimo, casado este com uma sobrinha pela via materna, isto é por parte da mãe dela, a primeira Polucena há pouco citada, a fortalecer a suposição de uma prática endogâmica, ao invés de um caso isolado, apoiada na frequência de tais casamentos em famílias da nobreza, ou de linhagem ilustre, ou pretendentes a tal, como, certamente, a Sá Souto Maior a Abreu de Lima e afins.

Embora indiscutível o parentesco de José de Abreu de Lima com a mulher do capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá, não se encontrou o documento comprobatório do grau respectivo, de onde a necessidade de examinar a pista representada pelo nome algo inusitado de Polucena, à procura dos ancestrais dela, cujo hagiônimo apareceu na Bahia pelo menos desde 1589, quando ali foi celebrado o casamento de Gaspar de Freitas de Magalhães com Polucena de Sousa de Betencourt, aliás de mãe homônima, esta consorciada com Francisco Álvares Ferreira de Betencourt, talvez seu aparentado, levando-se em conta não ser comum, àquele tem-

po, as esposas acrescentarem os apelidos familiares do homem aos seus quando elas próprias não os traziam do berço, nem mesmo se tratando de apelativos de uma geração como do descobridor e donatário da ilha da Madeira João de Betencourt.

Dos nubentes de 1589 procedeu e neta de prenome igual ao da avó, unida pelo casamento a Francisco Moniz Teles, de família ligada à Sá e à Barreto, destas o coronel Antônio Barreto de Menezes e sua esposa D. Basília Barreto de Menezes, de quem, também na segunda geração, procedeu Polucena Rodrigues, segundo colheu o padre Antônio Gomes de Araújo do 1º livro de registro de batizados da freguesia de Missão Velha – 1748-1764, à folha 55, tudo indicando parentesco próximo desse casal citado por último com o capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá e sua consorte.

Filha esta do coronel Antônio de Oliveira de Carvalho e D. Francisca Vieira de Gusmão, e presunta consanguínea, como ficou dito, existe motivo para se acreditar na ligação familiar no casamento do capitão Belchior Barreto de Teive com D. Clara de Souza, filha, de Euzebio Perreira e de Catarina de Sousa, celebrado em 1º de dezembro de 1668 segundo anotou Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão, em seu Catálogo Genealógico.

Dos referidos cônjuges procederam, na primeira geração, D. Joana de Sousa Barreto, a quem Gaspar Maciel de Sá tomou por esposa, e D. Catarina de Sousa, aliás sogra do pai dele, Diogo de Sá Souto Maior, passado a segunda núpcias com D. Francisca Barbalho, filha de Antônio Perreira de Sousa, Cavaleiro da Ordem de Santiago por mercê real, concedida pelo casamento com D. Antônia Bezerra, filha, esta, de Luís Barbalho Bezerra, um dos heróis da guerra contra os invasores flamengos de Pernambuco e Capitanias vizinhas.

O citado Catálogo Genealógico e as notas a ele adicionadas pelo Historiador Pedro Callon, por incompletos, não permitem o conhecimento da descendência inteira do capitão Belchior Barreto de Teive com D. Clara de Sousa, porém algumas circunstâcias induzem à convicção de se tratarem dé avoengos ilustres de Raimundo Antônio da Rocha Lima, sendo uma delas a contemporaneidade da administração de João de Teive Barreto e Menezes na Capitania do Ceará Grande, de 2 de fevereiro de 1743 a 16 de agosto de 1746, com o aparecimento, em território cearense, do capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá e parentes próximos

de ligações familiares com o dito capitão-mor.

Anteriormente, João de Teive concorrera à nomeação para aquele posto de capitão-mor e fora proposto pelo Conselho Ultramarino, não constando o motivo de haver sido, ao invés, nomeado para o Rio Grande do Norte, presumindo-se, no entanto, a incompatibilidade quanto a suceder a um parente, no caso Leonel de Abreu de Lima, então na chefia do governo cearense (13 de fevereiro de 1731 a 10 de março de 1735), e do qual o sucessor tinha o dever de tirar a residência, isto é, julgar os atos e as contas.

O afluxo de pessoas da família Abreu de Lima e colaterais pode ter começado, por conseguinte, no decênio de 1731-1740, ao contrário do assente com base na documentação eclesiástica à disposição dos pesquisadores, sendo a oficial e cartorária ainda mais reticente, ao ponto de tornar obscuras as circunstâncias da investidura, como donatário, herdeiros, posseiros ou foreiros, em terras cearenses daqueles adventícios.

A relação dos sesmeiros e as indicaçoes extraídas de livros eclesiásticos raríssimos subsídios oferecem para o conhecimento da sucessão hereditária e das transações imobiliárias no sul do Ceará, quando se desenvolveram o povoamento e a consequente ocupação territorial, aparentemente respeitados os direitos da Casa da Torre, da Bahia, mesmo depois de julgada a questão por ela intentada sem êxito, para manutenção de imenso domínio compreendido na capitania em referência e nas vizinhas da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Dos sesmeiros do riacho dos Porcos, do Salgado e dos Cariris Novos apenas o tenente, depois sargento-mor, Antônio Barreto de Jesus, contemplado com seus companheiros João Mendes Lobato e José Lobato no riacho Corrente, por trás da serra do Araripe, em 1714, seria aparentado com o capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá, talvez avô deste, tendo-se em conta uma segunda concessão, de 1717, na qual figurou entre o tenente-coronel Antônio Mendes Lobato e Lira, sargento-mor Antônio Coelho de Lima e tenentes Mateus Pereira Pimentel e João Alves de Lima.

Do mencionado tenente-coronel a filha D. Maria Pereira Lobato casou-se com o capitão Inácio de Figueiredo Adorno, herdeiro, por este casamento, das terras vendidas, no ano de 1735, ao capitão Antônio Pinheiro de Magalhães, e, pelo comprador, deixadas ao

filho, dito Francisco de Magalhães Barreto de Sá, ao retirar-se, por motivos ignorados, para o riacho dos Porcos, onde faleceu em 1751 e teve sepultura na capela de Milagres. A falta de informação sobre o sargento-mor Antônio Barreto de Jesus e das datas por ele obtidas deixa margem para supor-se o seu falecimento anterior à data daquela transação com a qual o herdeiro estenderia o seu dominio com as terras recem adquiridas e incorporadas: e, quanto às do Corrente, no atual município do Crato, o padre Antônio Gomes de Araújo anotou, dentre os moradores do sitio respectivo, Antônia Maria Barreto Muniz casada com com o proprietário dele, Luís de Macedo, a quem, provavelmente, o sogro dotara, com o imóvel, ao casar a filha; e D. Antônia Nunes Barreto de Menezes, consorciada com Antônio Pereira Freire, ambos naturais da Bahia,

Algumas outras pessoas arroladas pelo padre Antônio Gomes de Araújo e seu discípulo e continuador Joaryvar (Joaquim Lobo de Macedo) são reconhecíveis pelos seus nomes como familiares do capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá, por conseguinte de Rainundo Antônio da Rocha Lima, igualmente, sendo, no entanto, suficientes os mencionados para se considerar indiscutíveis vínculos familiares com os quais é possível conhecer melhor os antecedentes consubstanciados na matriz genética do autor de Crítica e Literatura por parte dos referidos avoengos sergipanos.

Deles, o capitão José de Abreu de Lima, tabelião na Vila de Montemor-o-novo-da-América (Baturité), pai de D. Maria de Abreu de Lima, a quem casou com o também capitão Francisco Nicácio Moreira Barros, destes descendente direto Raimundo Antônio, da terceira geração, era filho, verazmente, de Antônio de Oliveira de Carvalho e de D. Francisca Vieira de Gusmão, por conseguinte irmão de D. Polucena de Abreu de Lima, casada com o capitão Francisco de Magalhães Barreto Sá, da Barbalha, e cujo nome repetiu na filha, nascida no então termo da Vila do Icó, provavelmente no Riacho do Sangue.[15]

Quanto ao vínculo familiar de Miguel Antônio da Rocha Lima (pai) com o capitão-mor do Ceará (1731-1735) Leonel de Abreu de Lima, persiste dúvida apenas em relação ao grau, por falta de informações sobre o dito administrador colonial, se nascido em Sergipe, ou na Bahia, de modo a depreender-se um parentesco próximo com Pedro de Abreu de Lima, o sesmeiro de cinquenta léguas de terras ribeirinhas do São Francisco, no território sergipano, e

de outras mais, herança, aquelas, de sua mulher, D. Mariana Cardoso de Barros.[16]

O fato do então coronel Leonel de Abreu de Lima ter requerido terras no Ararobá, em 1698, em confrontação com as concedidas, bem antes, ao mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco, herdadas pelos filhos desse dentre os quais D. Clara Aranha, sogra de Francisco Gomes de Abreu de Lima, da família dos senhores da Casa de Regalados em Portugal, morador na Capitania de Sergipe d'El Rei, é indício de uma ligação familiar com esse ramo e não com o daquele sesmeiro Pedro de Abreu de Lima, sem força, no entanto, para excluir de pronto a possibilidade do capitão José de Abreu de Lima, bisavô, na linha paterna, de Raimundo Antônio da Rocha Lima, integrar o dito clã senhorial português, ao qual pertencia, certamente, o indigitado capitão-mor do Ceará, a julgar-se pelo prenome, Leonel, transmitido de uma geração a outra, segundo o costume da nobreza.[17]

Em qualquer caso, a família Abreu de Lima foi das mais ilustres da América Portuguesa do período colonial, e assim continuou após a autonomia dos brasileiros, pois Raimundo Antônio da Rocha Lima, apesar de falecido aos vinte e três anos de idade, revelou os atributos de uma linhagem de homens inteligentes e dedicados à causa do progresso e ao serviço da Pátria, tal qual os seus antepassados.

Notas

(1) As alterações de nomes pessoais eram facilitadas pela inexistência de um sistema oficial de identificação. Os passaportes, emitidos por autoridades civis podem ser considerados os primeiros documentos de comprovação de identidade, tendo, no entanto, uso restrito. A Igreja exigia dos nubentes, a exibição de certidões de batismo, nas quais costava tão somente o prenome, com a possibilidade, por conseguinte, de procedimentos delituosos. Daí a exigência de testemunhas e, também, a citação dos nomes dos pais e avós, observada, em geral, até princípios do Século XIX. Os dados familiares instruíam outros processos, como os de habilitação a títulos e ofícios, de justificação perante os inquisidores, etc. Nos inventários somente os herdeiros de maioridade eram inscritos com os nomes por inteiro, aparecendo irmãos, aliás, com diferentes apelidos familiares.

(2) O desembargador Luís Manuel de Moura Cabral, logo após assumir a Ouvidoria e Corregedoria Geral da então comarca da capitania do Ceará Grande, em 26 de abril de 1803, procedeu à correição nos cartórios, como lhe competia, ns qual constatou, no da vila de Monte-Mor-o-Novo da América (Baturité), encontrar-se paralisado, havia doze anos, o inventário do tenente Inácio Moreira Barros, à falta de quem servisse de tutor dos órfãos, por ele suprida com a nomeação de Miguel Antônio da Rocha Lima, entrando em 21 anos de idade, apenas. Registre-se o equívoco de conceituado historiador, ao ocuparse do assunto, referindo-se àquela autoridade judiciária como "Ouvidor Moura Cavalcante."

(3) Sobre o capitão-mor Leonel de Abreu de Lima, do Ceará Grande, as informações disponíveis a respeito dele não permitem estabelecer um parentesco próximo com os dessa família estabelecidos em dita capitania. Ignora-se onde nasceu, conquanto mais provavelmente em Sergipe D'El Rei. Saliente-se a circunstância de serem dois os ramos da família Abreu de Lima em território sergipano: os descendentes de Pedro de Abreu de Lima, por conseguinte de Antônio Cardoso de Barros, e os de Francisco Gomes de Abreu de Lima, este casado com D. Maria de Brito Cassão, filha de Cosme de Brito Cassão e neta, pela via materna, de Nicolau Aranha Pacheco, ambos mestres de canmpo e devassadores dos sertões do São Francisco. O capitão-mor em referência pertenceria a esse último ramo, não só por ter o prenome indicativo do patriarca da Casa de Regalados como por fazer parte, com os citados por afins de Francisco Gomes de Abreu de Lima e, ademais, por decendentes diretos desse, sesmeiros na capitania de Pernambuco. A trajetória rumo ao Ceará dos antepassados de Raimundo Antônio da Rocha Lima não parece ter passado por solo pernambucano. Encontra-se, porem, alguns indícios de relacionamento com o ramo ligado ao Brito Cassão/Aranhá Pacheco, um dos quais alusivo ao capitão Bento Correia de Lima, um dos pioneiros na colonização das terras marginais do riacho dos Porcos, no Cariri Novo, dado por um linhagista dos dias atuais como da família da Casa de Regalados, de cujo titular teria sido terceiro neto, sem comprovação nenhuma dessa matriz genética. Por igual, não se conclui por simples coinci-

dência o fato dos pais do capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá se haverem retirado no final de suas vidas, para aquelas terras dos herdeiros e sucessores de Bento Correia de Lima. Outro indício da presumida ligação é o fato do capitão-mor Leonel de Abreu de Lima ter como um dos confrontantes de suas terras, em Pernambuco, um Antônio Gomes da Silveira, de uma família à qual se uniriam, no Ceará, os ascendentes de Raimundo Antônio da Rocha Lima. Acrescente-se a circunstância da fixação, em Barbalha, do casal Manuel Gomes de Abreu (de Lima, certamente) e de Joana Lopes, sergipanos como o capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá e D. Polucena de Abreu de Lima, embora de Lagarto ao invés de naturais de Santo Antônio do Urubu do São Francisco de Baixo, e deles vizinhos e contemporâneos.

(4) Cosme de Brito de Abreu de Lima era descendente do mestre de campo Cosme de Brito Cassão com cuja fiilha D. Maria se casou, conforme fícou dito na nota (3), Francisco Gomes de Abreu de Lima, da família, portanto, da Casa de Regalados.

(5) Observa-se, em três gerações sucessivas da família Rocha Lima, de Baturité, no Ceará, nomes compostos, com a inclusão de Antônio, parecendo indicar esta uma reverência ao padroeiro da freguesia sergipana de onde os seus antepassados se transferiram para território cearense, invocação preferida, talvez, psra homenagear o patriarca da família no Brasil – Antônio Cardoso de Barros, ou pela fé depositada no santo lisboeta venerado pelos portugueses e estimulada na Bahia com o fato, considerado miraculoso, de ter dado à praia uma imagem dele caída em mãos de piratas franceses da religião calvinista e lançada ao mar, distante da costa, a fim de nã chegaram ao conhecimento dos católicos os danos provocados pela intolerância do fanatismo e do ódio aos de outra crença.

(6) É muito de lamentar as falhas de informação genealógica, percebidas, já, em trabalhos pioneiros do Século XVIII, no Brasil, e agravadas pelo descaso em relação aos documentos de cartórios e sacristias, notadamente aos inventários e livros de batizados, casamentos e óbitos. É forçoso admitir,

porém, muitas dificuldades à preservação deles, na época da colonização. A bastardia foi uma característica do sistema senhorial de grandes propriedades e, em muitos casos, escapou à documentação. Nem sempre houve interesse, ou oportunidade, no tocante a legitimação de filhos naturais, ou ao reconhecimento deles, como parece ter acontecido aos do coronel Pedro de Abreu de Lima, contemplados no inventário deste, segundo informação de Felisbelo Freire em sua História de Sergipe, sem lhes mencionar os nomes.

(7) Sobre o cavaleiro fidalgo Antônio Cardoso de Barros, donatário de terras cearenses e primeiro provedor-mor da Fazenda no Brasil, existe publicado Estudo, de autoria de Geraldo Nobre. Vide bibliografia.

(8) Além das terras da antiga sesmaria do sogro Antônio Cardoso de Barros, Pedro de Abreu de Lima obteve, após desfazer-se de parte delas, mais 6 léguas, nas matas e serras da Tabanga, confinantes daquelas, por alvará de 20 de março de 1665, e provavelmente partilhada entre seus herdeiros, continuando estes, por conseguinte, no Baixo São Francisco. Admite-se, aliás, fossem parentes próximos Pedro de Abreu de Lima e sua mulher D. Mariana de Melo, pois o pai desta aparece em documentos de seu tempo como Antônio Cardoso de Barros de Lima, acrescentando o apelido familiar materno, de D. Isabel de Lima, filha natural de Jorge de Lima Barreto e casada com o conquistador de Sergipe d' El Rei.

(9) Jorge de Barros Leite fora capitão-mor de Sergipe d'El Rei no triênio de setembro de 1687 a 1690. Tratando-se da capitania real, e dependendo a do Ceará Grande, administrativamente, do Governo Geral do Estado do Brasil, havia movimentação de altos funcionários e militares de uma para outra. Bem a propósito, cabe referência a Manuel de Abreu Soares, capitão-mor de Sergipe d'El Rei de junho de 1679 a dezembro de 1682, contemplado, ao tempo, com sesmaria no Jaguaribe, tendo por companheiros, entre outros , Manuel de Abreu Frielas e Gregório Gracismão de Abreu, todos muito provavelmente da família Abreu de Lima, cujo interesse, no Ceará, data, por conseguinte, do Século XVII, ligado, talvez, à antiga donatária de Antônio Cardoso de Barros.

(10a) A capela de Santo Antônio seria anterior à invasão holandesa, visto constar do mapa de Barloeus, às márgens do rio São Francisco. Felisbelo Freire admitiu estivesse localizada no Brejo Grande, na ilha cuja incorporação a Câmara Municipal de Vila Nova (atual Neópolis) reivindicou, e obteve, já em 1921, alegando razões históricas. Certamente, a invocação de referida casa de orações nada tem a ver com o nome de batismo de Antônio de Brito de Castro, embora fosse ele devoto do santo lisboeta.

(10b) Depreende-se ter Antônio de Brito de Castro adquirido de Pedro de Abreu de Lima, ou de algum descendente desse, as terras onde construiu a nova capela de Santo Antônio, da circunstância de pertencerem elas à antiga sesmaria de Antônio Cardoso de Barros (de Lima). Ao tempo, o capitão Francisco de Brito de Sampaio já estava casado com D. Maria Francisca Xavier Aranha, filha do mestre de campo Nicolau Aranha Pacheco. Por esta ligação do filho com uma família poderosa de Sergipe d'El Rei explica-se o interesse do tenente-general Antônio de Brito de Gastro pela referida capitania.

(11) Antônio de Oliveira de Carvalho aparece em assentamentos paroquiais da freguesia do Icó, de 1764, oom a patente de coronel, posto no qual fora provido, muito provavelmente, já na Capitania do Ceará Grande. Ele e a esposa, D. Francisca Vieira de Gusmão, constam como naturais da freguesia de Santo Antônio do Urubu, do Rio de São Francisco. Moravam no Riacho do Sangue, com os filhos Gonçalo e Vitoriano de Oliveira de Carvalho, tenente e alferes, respectivamente, e a filha Pulcina (aliás Polucena), já casada com o capitão Francisca de Magalhães Barreto de Sá, também da dita freguesia sergipana. São estes dados resultantes de pesquisa do saudoso Monsenhor Francisco Couto, e por ele publicados no Boletim da Diocese de Iguatu.

(12) Dos dados coligidos por Monsenhor Francisco Couto consta o assento de batizado de Gonçalo, nascido em 25 de março de 1764. A Cerimônia verificou-se na capela de Nossa Senhora da Conceição, do lugar Frade (atual município de Jaguaretama). Os pais e os avós de ambas as linhas figu-

ram como naturais de Sergipe (capitania). Os padrinhos foram os tios tenente Gonçalo de Oliveira de Carvalho e D. Francisca de Oliveira (de Carvalho), esta casada com Simeão Correia de Carvalho, também sergipano, de Lagarto, ela, porém, nascida, já, no Ceará, tal qual a irmã, D. Esperança de Sousa Ferreira, casada, por sua vez, com Lourenço Ferreira Pinheiro, natural da freguesia de São Lourenço de Tijucopapo, Pernambuco. Tivesse uma delas, naquele ano, a idade de vinte anos, a família estaria no Ceará desde o inicio do decênio de 1740-1750, pelo menos. Depreende-se do exposto um relacionamento com o capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá inexplicável pela simples coincidência de nomes.

(13) Os linhagistas caririenses, talvez desatentos às informações divulgadas por Monsenhor Francisco Couto, nenhum esclarecimento oferecem a propósito dos vínculos familiares em referência. O tenente Antônio de Oliveira de Carvalho é outro filho, a acrescentar aos já mencionados, do coronel homônimo e de D. Francisca Vieira de Gusmão. Casou-se com D. Maria Cardoso de Fraga, filha do capitão Francisco de Sá Barreto de Sá e da irmã dele D. Polucena de Abreu de Lima, portanto um casamento de primos. A nubente deve ser a mesma D. Maria da Anunciação da Silva, natural de Riacho do Sangue e avó, na linha materna, do padre José de Sá Barreto, filho do barbalhense homônimo e de D. Maria Perpétua do Nascimento. Mas, a endogamia procedia de gerações anteriores.

(14) O nome do pai do capitão Francisco de Magalhães Barreto de Sá aparece em livro da freguesia do Icó por inteiro, isto é, alferes Antônio de Abreu Pinheiro de Magalhães, segundo apurou o diligente pesquisador Monsenhor Francisco Couto. Como alguns filhos do coronel Antônio de Oliveira de Carvalho e D. Francisca Vieira de Gusmão adotaram o apelido familiar composto Abreu de Lima, evidencia-se um parentesco em grau próximo dos dois casais sergipanos vindos de Sergipe d'El Rei ao Ceará por volta de 1740, certamente ao mesmo tempo e já relacionados. Segundo o dito pesquisador, o alferes Antônio de Abreu Pinheiro de Magalhães também se estabelecera, inicialmente, no Riacho do Sangue.

(15) D. Polucena de Abreu de Lima, filha do alferes José de Abreu de Lima e de D. Ana Maria de Jesus, em alguns registros da Conceição, foi casada com Manuel de Sousa Barros, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário das Russas e parente dela, filho de Manuel de Sousa de Abreu e de D. Ana Maria de Vasconcelos, pais também, de D. Rosa Maria de Vasconcelos, casada esta com o tenente Luís Gomes da Silveira, de família com a qual a daquele alferes teve estreita ligação na serra de Baturité. A referenciada nasceu em 1760, ou antes quando os pais ainda se encontravam no Riacho do Sangue.

(16) O capitão Francisco de Magalhaes Barreto de Sá teve a filha D. Maria Cardoso de Fraga, como já foi visto. O apelido familiar Cardoso parece comprovar descendência direta do primeiro Provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil. Aliás, ela teria casado com o tenente Antônio de Oliveira de Carvalho já viuva de João de Sá Maciel, pois este casamento foi anotado por linhagistas caririenses com base em pesquisa nos livros da freguesia da Missão Velha, porém antecedendo de pouco tempo o segundo, sem esclarecerem a causa.

(17) Apesar de consultas a muitas fontes primárias e segundárias, não se encontrou nenhum Leonel em pessoa da família Abreu de Lima, do Ceará, fato este insuficiente para concluir-se não haver ligação dela com a Casa de Regalados. Em algumas linhagens o nome de batismo do fundador era reservado à linha principal, com vistas à perpetuidade na representação da estirpe, baseada em princípio, na primogenitura. As expectativas e as normas estabelecidas pelos homens nem sempre correspondem a circunstâncias deveras imprevisíveis, ou incontroláveis, em relação às quais o próprio estudioso depende de um registro apenas fragmentário, de fontes mais ou menos confiáveis, quando estas escaparam à destruição e à privacidade de arquivos onde se encontrem inacessiveis aos pesquisadores.

Os muitos pontos obscuros, na tentativa de reconstituição das origens da família Abreu de Lima, implicaram em dar a este estudo uma extensão além da recomendada para publicação na Revis-

ta do Instituto do Ceará. Esperamos ter condições futuras de completá-lo, com outras informações colhidas na bibliografia e documentação consultada, com a inclusão dessas , cuja citação no texto se evitou fazer, pela preocupação de respeitar a idoneidade e competência dos informantes, mormente a memória deles, se já falecidos, e de expor conclusões ou meras suposições sem o intuito de polêmica, muito menos de crítica.

De logo, no entanto, buscou-se, no caso de Raimundo Antônio da Rocha Lima, a comprovação de não serem acidentais os atributos da personalidade, mas a expressão de um processo institucional, centralizado na família, como célula basica da sociedade, quando ela se apresenta devidamente organizada para preservar, quer a própria herança genética, dotada pela natureza, quer a cultiura decorrente da vida gregáras, responsável por um conjunto de valores à disposição de todos, principalmente da mocidade. Certamente, Rocha Lima não foi um gênio, mas um jovem capaz de perceber o significado da existência , como ser ético e racional, à busca da compreensão do natural e do social, e partícipe consciente de uma cultura não limitada pelo tempo e pelo espaço, estranha, por conseguinte, a sensações efêmeras, conquanto rotineiras, as quais não se acomodou o moço cearense e assim soube viver na imortalidade, para nela cortinuar vivendo, no seio da humanidade.